

COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

5ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 5ª Emissão de Debêntures da COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS
- CNPJ/MF: 10.215.988/0001-60
- Diretor de Relações com Investidores: Sr. Marco Túlio de Carvalho Oliveira
- Atividades: (i) a atividade de locação de veículos nacionais e importados, com ou sem motorista, e (ii) a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.

Características da Emissão

- Emissão: 5ª
- Séries: Única
- Data de Emissão: 14/02/2012
- Data de Vencimento: 11/04/2016
- Banco Escriturador: Itaú Corretora de Valores S.A.
- Banco Mandatário: Itaú Unibanco S.A.
- Código CETIP/ISIN: LCAM15/ BRLCAMDBS047
- Coordenador Líder: Credit Suisse (Brasil) DTVM S.A.
- Destinação dos Recursos: A Oferta Restrita destina-se ao refinanciamento de dívidas, aquisição de veículos e utilização no curso ordinário dos negócios da Emissora, sendo que no mínimo 70% dos recursos obtidos com a Oferta Restrita serão destinados à aquisição de veículos.
- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/ 83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. **Alterações Estatutárias:** (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE*, realizada em 29/04/2016, foram aprovadas alterações no Estatuto Social da Companhia, conforme segue: (i) exclusão do artigo 43, de modo a extinguir a obrigação de realizar ou solicitar o registro de uma oferta pública de aquisição de ações; e (ii) artigo 62 (remunerado para o artigo 61), de forma a reajustar a referência cruzada aos artigos 43 e 44, passando o atual artigo 62 a vigorar com outra redação.

*Ademais, informamos que a mencionada AGE foi realizada juntamente com a AGO da Companhia.

3. **Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa:** (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **A Empresa**

- ➔ Atividade Principal: 77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor;
- ➔ Situação da Empresa: ativa;
- ➔ Natureza do Controle Acionário: privado;
- ➔ Critério de Elaboração do Balanço: demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

- **Situação Financeira**

- ➔ Liquidez Geral: de 0,45 em 2015 para 0,40 em 2016;

- ➔ Liquidez Corrente: de 1,06 em 2015 para 1,28 em 2016;
- ➔ Liquidez Seca: de 0,90 em 2015 para 1,12 em 2016;
- ➔ Giro do Ativo: de 0,46 em 2015 para 0,57 em 2016.

- **Estrutura de Capitais**

A Companhia apresentou uma redução nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 3,8% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também apresentou redução de 8,9% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou redução de 0,5% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante um aumento de 1,0% de 2015 para 2016 e uma redução no índice de endividamento de 2,0% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 10.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
- REMUNERAÇÃO: 100% do DI + (i) spread de 3,00% a.a. com rating: brA+ ou bra+ ou superior; ou (ii) spread de 3,75% a.a. com rating: brA ou bra; ou (iii) spread de 4,00% a.a. com rating: brA- ou bra- ou inferior.
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

Amortização:

11/04/2016 – R\$ 10.000,000000 (vencimento)

Juros:

15/02/2016 – R\$ 399,410430

11/04/2016 – R\$ 253,448560

- **POSIÇÃO DO ATIVO:**

Quantidade em circulação: 0

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 3.500

5. Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)
 - Resgate: não houve;
 - Amortização: conforme item 4 acima;
 - Conversão: não aplicável;
 - Repactuação: não aplicável;
 - Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
 - Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.
6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora deverá constituir um fundo de amortização, mantido em depósito na Conta Vinculada, de forma a atingir em 15/02/2015, 15/05/2015, 15/08/2015, 15/11/2015 e 15/02/2016 (cada uma de tais datas, uma "Data de Verificação de Reserva"), 20%, 40%, 60%, 80% e 100%, respectivamente, do saldo devedor atualizado das Debêntures ("Reserva de Amortização"). O fluxo para constituição da Reserva de Amortização em cada Período de Capitalização ao final do qual deverá estar constituída uma Reserva de Amortização corresponderá a 20% do Valor de Emissão das Debêntures ("Fluxo da Reserva de Amortização") e deverá ser observado adicionalmente ao Fluxo de Juros (conforme definido no Contrato de Cessão de Direitos), observado que, caso os valores depositados na Conta Vinculada em uma Data de Verificação de Reserva não sejam suficientes para perfazer a Reserva de Amortização exigida para tal Data de Verificação de Reserva, a Emissora deverá depositar na Conta Vinculada o valor necessário para completar a Reserva de Amortização no prazo de 10 dias do recebimento de notificação escrita do Agente Fiduciário.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. **Relação dos bens e valores entregues à sua administração:** (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. **Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão:** (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às debêntures, a observar, entre outras obrigações, os índices e limites financeiros descritos no item 6.20, alínea “xix” da Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. **Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures:** (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória.

As debêntures contam com as seguintes garantias: (i) alienação fiduciária de veículos; (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios; e (iii) Fiança, conforme previsto na Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas da Emissora, a(s) garantia(s) prestada(s) nesta Emissão permaneceu(ram) perfeitamente suficiente(s) e exequível(is), tal como foi(ram) constituída(s), outorgada(s) e/ou emitida(s).

11. **Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período:** (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- (i) Denominação da companhia ofertante: **COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS**
- Emissão: 1ª.
 - Valor da emissão: R\$ 125.000.000,00;
 - Quantidade de debêntures emitidas: 12.500;
 - Espécie: com garantia real e garantia fidejussória;

- Prazo de vencimento das debêntures: 11/04/2016;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores*: (i) alienação fiduciária de veículos, de propriedade da COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS; (ii) nos termos da Escritura de Emissão; (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS, oriundos de Certificados de Depósito Bancário (1) n. 260001887650, no valor de R\$50 milhões, e (2) n. 260001881135, no valor de R\$10 milhões; (iv) cessão fiduciária de direitos de Conta Vinculada (conta corrente n. 48757, mantida junto ao Banco Credit Suisse (Brasil) S.A., Agência 001; e (v) Fiança prestada por a) Luis Fernando Memoria Porto; e b) Sergio Augusto Guerra de Resende;
Os itens (ii) e (iii) acima listados foram constituídos para de forma a compor o saldo da Reserva de Amortização.

*Redação em conformidade com o 10º Aditamento à Escritura de Emissão.

- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Amortização:

11/04/2016 – R\$ 10.000,000000 (vencimento)

Juros:

15/02/2016 – R\$ 435,869769

11/04/2016 – R\$ 276,416960

(ii) Denominação da companhia ofertante: COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

- Emissão: 8ª.
- Valor da emissão: R\$ 225.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: (i) 1ª. série: 12.500; e (ii) 2ª. série: 10.000;
- Espécie: quirografia, sendo a 1ª. série sem garantia e a 2ª. série com garantia adicional real;
- Prazo de vencimento das debêntures: (i) 1ª. série: 29/04/2017; e (ii) 2ª. série: 29/10/2020;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) 1ª série: a) cessão fiduciária de direitos creditórios de propriedade da Companhia de Locação das Américas decorrentes de contratos de locação de alguns de seus clientes; e b) cessão fiduciária do direitos decorrentes da titularidade da conta vinculada n. 10533-1, de titularidade da Companhia de Locação das Américas, mantida junto ao Itaú Unibanco S.A., Agência n. 1674, vinculada à emissão das debêntures da 1ª série; e (ii) 2ª série: a) cessão fiduciária de direitos creditórios de

propriedade da Companhia de Locação das Américas decorrentes de contratos de locação de alguns de seus clientes; e b) cessão fiduciária do direitos decorrentes da titularidade da conta vinculada n. 00338-60, de titularidade da Companhia de Locação das Américas, mantida junto ao HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, Agência n. 0088, vinculada à emissão das debêntures da 2ª série; e c) manutenção de, no mínimo, 30% de sua frota de veículos, livres de quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza, conforme previsto na Escritura de Emissão. Como garantia suplementar, em caso de não observância do Percentual Mínimo pela Emissora, a Companhia de Locação das Américas deverá: I. celebrar com o Agente Fiduciário, contrato de alienação fiduciária de veículos; ou II. ceder fiduciariamente e se comprometer a ceder fiduciariamente em garantia aos debenturistas da 2ª série, os direitos creditórios da Companhia de Locação das Américas decorrentes de suas aplicações financeiras;

- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

→ 1ª Série:

Juros:

29/04/2016 – R\$ 761,06349000

14/09/2016 – R\$ 584,13530000

Prêmio:

14/09/2016 – R\$ 52,92067650

Resgate Total Antecipado:

14/09/2016 – R\$ 10.000,00000000

→ 2ª Série:

Amortização:

13/09/2016 – R\$ 2.500,000000

Juros:

29/04/2016 – R\$ 763,666400

13/09/2016 – R\$ 579,838270

31/10/2016 – R\$ 147,827287

12. Parecer:

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário:** (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontrou, durante a vigência das debêntures desta Emissão, plenamente apta no exercício da sua função de Agente Fiduciário.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1
Balanço patrimonial
Em milhares de reais

Ativo	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5 (a))	172.478	121.779
Contas a receber de clientes (Nota 6)	87.688	121.724
Titulos e valores mobiliários (Nota 5 (b))	29.544	156.411
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)		14.210
Veículos em desativação para renovação de frota (Nota 7)	47.616	78.960
Impostos a recuperar	33.959	21.895
Despesas antecipadas	2.948	5.321
Ativo mantido para venda	2.373	2.373
Outras contas a receber	7.212	6.604
Total do ativo circulante	383.818	529.277
Não Circulante		
Contas a receber de clientes (Nota 6)	7.425	6.353
Titulos e valores mobiliários (Nota 5 (b))	3.333	
Despesas antecipadas	240	
Outros créditos	2.371	
Depósitos judiciais (Nota 14)	9.521	8.699
Partes relacionadas (Nota 17)	302	302
	23.192	15.354
Imobilizado (Nota 9)	917.407	998.756
Intangível (Nota 10)	4.800	4.334
Total do ativo não circulante	945.399	1.018.444
Total do ativo	1.329.217	1.547.721

Passivo e patrimônio líquido	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		
Fornecedores (Nota 11)	71.258	101.280
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 13)	115.648	227.604
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	9.680	
Cessão de créditos por fornecedores (Nota 12)	82.753	155.774
Salários, encargos e contribuições sociais	5.484	3.075
Obrigações tributárias	1.600	1.493
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (Nota 18)		10.711
Outras contas a pagar	12.754	22
Total do passivo circulante	299.177	499.959
Não circulante		
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 13)	707.975	698.836
Provisão para contingências (Nota 14)	2.595	2.595
Impostos diferidos (Nota 8)	17.715	20.735
Outras contas a pagar	862	
Total do passivo não circulante	729.147	722.166
Total do passivo	1.028.324	1.222.125
Patrimônio líquido (Nota 18)		
Capital social	299.279	299.279
Gastos com emissão de ações	(15.038)	(15.038)
Ações em tesouraria	(5.061)	(5.906)
Reserva de capital e opções outorgadas	7.647	7.014
Reservas de lucros	23.242	35.383
Ajustes avaliação patrimonial	(9.176)	4.864
Total do patrimônio líquido	300.893	325.596
Total do passivo e patrimônio líquido	1.329.217	1.547.721

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 2

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional (Nota 19)	754.714	708.216
Custo de locação e venda de veículos (Nota 20)	<u>(535.797)</u>	<u>(517.503)</u>
Lucro bruto	218.917	190.713
Despesas com vendas (Nota 21)	(38.273)	(37.810)
Despesas administrativas e gerais (Nota 22)	(30.843)	(28.737)
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>524</u>	<u>144</u>
	<u>(68.592)</u>	<u>(66.403)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro	150.325	124.310
Receitas financeiras (Nota 23)	31.604	28.761
Despesas financeiras (Nota 23)	<u>(146.108)</u>	<u>(130.619)</u>
Despesas financeiras, líquidas (Nota 23)	(114.504)	(101.858)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	35.821	22.452
Imposto de renda e contribuição social corrente (Nota 24)	(2.701)	(4.362)
Imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 24)	<u>(4.213)</u>	<u>471</u>
Lucro líquido do exercício	<u>28.907</u>	<u>18.561</u>
Lucro líquido por ação – básico – R\$ (Nota 26)	0,4525	0,2915
Lucro líquido por ação – diluído – R\$ (Nota 26)	0,4415	0,2900

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia de Locação das Américas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Locação das Américas ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Locação das Américas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Estimativas relacionadas a definição do valor residual dos veículos classificados no ativo imobilizado

Conforme Nota 3 (a), a Companhia estima o valor residual de sua frota de veículos a partir do valor esperado de venda dos veículos após o término de sua vida útil deduzido das despesas de vendas e dos descontos previstos praticados no atacado e varejo.

Consideramos essa área como foco de auditoria porque a aplicação da referida estimativa contábil implica no uso de premissas que exigem julgamento e avaliação por parte da administração. Os valores relacionados aos veículos classificados no ativo imobilizado totalizam R\$ 900 milhões em 31 de dezembro de 2016. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar em ajustes desses ativos, com impacto relevante no resultado do exercício, especialmente na despesa de depreciação e no resultado de sua alienação no futuro.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Dentre outros procedimentos de auditoria, entendemos o desenho dos principais processos e controles internos estabelecidos pela administração para a determinação do valor residual dos veículos, bem como os controles internos usados no cálculo da depreciação.

Em base amostral, comparamos os dados de entrada incluídos nos sistemas automatizados, referentes ao valor residual dos veículos, com os documentos da administração que suportam o valor residual estimado.

Adicionalmente, também em base amostral, comparamos os valores residuais estimados com os preços praticados em vendas realizadas no exercício, além dos valores divulgados na mídia contendo o preço de venda de carros similares.

Consideramos que as premissas utilizadas estão consistentes com os resultados históricos de transações de vendas.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Valorização e classificação dos instrumentos financeiros derivativos para proteção do risco de taxa variável de juros

Como descrito na Nota 2.5.5, os instrumentos financeiros derivativos contratados pela administração para proteção de suas exposições às taxas variáveis de juros são reconhecidos e, subsequentemente, remensurados com base em seu valor justo. O reconhecimento das variações no valor justo desses instrumentos financeiros derivativos depende se o instrumento foi designado e se qualifica como de proteção (“hedge”) de fluxo de caixa. O atendimento aos requisitos acima, bem como o cálculo da eficácia da proteção, determinam quanto dessa variação será reconhecida no resultado do exercício, e quanto será reconhecido no patrimônio líquido, bem como sua realização futura no resultado.

Essa área é foco de auditoria devido à complexidade da documentação e dos cálculos, e o julgamento e requisitos de governança, bem como de divulgação, envolvidos na definição da política de contabilidade de hedge, que pode ter impacto relevante na determinação do resultado do exercício.

Nosso procedimentos de auditoria incluíram, entre outros a, verificação de preços independentes fornecidos pelas instituições financeiras contratadas, adotados como um dos parâmetros para a valorização a valor justo desses instrumentos financeiros derivativos. Também inspecionamos os principais documentos da administração que suportam as definições dos modelos técnicos de avaliação do valor justo e a definição, quando aplicável, da designação e qualificação do instrumento como hedge de fluxo de caixa.

Analisamos a metodologia de valorização desses instrumentos financeiros e as principais premissas adotadas pela administração mediante a comparação com metodologias e premissas independentes.

Com auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, testamos o cálculo de valorização de determinadas operações.

A determinação dos valores justos e a aplicação da contabilidade de hedge estão consistentes com as práticas contábeis aplicáveis, no contexto das demonstrações financeiras como um todo, e com as políticas de administração de risco financeiro da Companhia, respectivamente.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Estimativas relacionadas a perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes

A Companhia apresenta na Nota 6 os critérios para determinação da estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosa em seu contas a receber de clientes.

A administração exerce julgamento quanto às expectativas de perdas na realização dos títulos de crédito registrados no contas a receber de clientes, considerando atrasos nos pagamentos, garantias obtidas, bem como outros indicadores de deterioração do risco de crédito de seus clientes.

Nos concentramos nessa área porquanto a aplicação da referida estimativa contábil exige julgamento e avaliação por parte da administração sobre o valor provável de realização das contas a receber de clientes. Essa estimativa pode ter impacto relevante no resultado do exercício.

Dentre outros procedimentos de auditoria, obtivemos o entendimento com responsáveis da administração acerca dos principais critérios e controles utilizados para elaboração da estimativa de risco de crédito.

Realizamos testes em bases amostrais com o intuito de observar a integridade da base de dados utilizada para cálculo das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa. Adicionalmente, recalculamos com base nas premissas da administração a estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosa e inspecionamos as documentações que suportavam negociações realizadas com clientes que justificassem a avaliação da administração.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e estimativas utilizados pela administração em relação a esse tema são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos**Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores, que emitiram relatório de auditoria com data de 21 de março de 2016, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

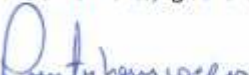
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.


Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2016



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5



Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2